

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *Conceito do Estado*

Class.: 198

Data: 01.10.84

Pg.: \_\_\_\_\_

# Deputado contesta 4468 as acusações do advogado da Funai

O deputado federal Albino Coimbra contestou ontem as irregularidades denunciadas pelo procurador da Funai, Irineu de Oliveira, nos contratos de arrendamento de terras da Reserva Indígena dos Caduveos, feitas este ano. O deputado alega que todos os contratos são válidos e foram autorizados pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, para uma renovação de mais cinco anos, por uma portaria assinada em agosto em Brasília.

O deputado explica ter sido procurado pelo fazendeiros arrendatários, que queriam uma audiência para tratar de assuntos relacionados com a renovação do contrato de arrendamento das terras. E quando o ex-presidente Jurandy Marcos da Fonseca, veio a Campo Grande para dar posse ao delegado Chafic João Tomaz, manteve contatos com os interessados na casa do deputado durante um jantar.

Ficou então estabelecido que, Jurandy Fonseca, faria um ofício autorizando a renovação por mais cinco anos, sendo entregue pessoalmente ao deputado Albino Coimbra, que acompa-

nhou o processo. Este pedido, explica o deputado, tem que ser feito seis meses antes do término do contrato, conforme manda a lei, para que caso não seja renovado, os arrendatários tenham opção de procurar outras terras.

Com relação ao nome de Jurandy Fonseca impresso no contrato, ele alegou, que "a Funai não tem estes contratos prontos com o nome do presidente em branco para serem assinados e o que foi feito é uma cópia de um contrato elaborado há 10 anos atrás, na época do general Ismarth de Araújo Oliveira". Disse também que foi corrigida a discrepância que estava havendo nos contratos, pois, alguns fazendeiros já haviam falecido e os novos contratos foram feitos em nome dos herdeiros, havendo uma mudança portanto, em alguns nomes.

O estatuto do índio, diz o deputado, fala que é exclusivamente do presidente da Funai o ato de assinatura de contratos deste tipo ou ele pode também delegar poderes para fazê-lo. Ele explica ainda que este arrendamento existe há mais de 24 anos,

sempre com os mesmos arrendatários, com exceção daqueles que já faleceram, que passa a ser feito agora, em nome dos herdeiros.

"Eles (os índios) não têm condições de tomar conta da área, pois são quase 400 mil hectares, apesar de terem partes que não foram renovadas, para iniciar alguns projetos e no futuro outras passarão pelo mesmo processo", diz Albino Coimbra. Ele alega ainda que estes contratos servem também para a manutenção da área, evitando a entrada de posseiros, que causariam sérios problemas.

O deputado vai além, ressaltando que está havendo um jogo político para desmistificar Jurandy Fonseca, que impediu o genocídio, não assinando um convênio para a exploração de minérios nas reservas indígenas". Depois deste ato patriótico, o ex-presidente, criticou o Governo Federal, contrariando o interesse de muitas multinacionais, passando a ser hostilizado, mas continua defendendo a causa indígena, tendo muita credibilidade entre as lideranças indígenas a nível nacional", concluiu o deputado.